

Clipping Ministério Público de Contas do Piauí

15 de Setembro de 2015

Terça-feira
Teresina, 15 de setembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

● ANO XXVIII Número 10.521 ● www.diariodopovo-pi.com.br ● Piauí: R\$ 2,50 - Outros Estados R\$ 4,00

4 Política

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Corregedoria

O corregedor do Tribunal de Contas do Estado, Kennedy Barros, terá muito trabalho para atualizar sua lista de políticos inelegíveis com vistas às eleições 2016. Muitos daqueles que tiveram contas julgadas irregulares estão se movimentando tranquilamente como se pudessem concorrer ao pleito do ano que vem. São prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais que tiveram prestações de contas rejeitadas.

Governo recebe R\$ 51 milhões do TJ para reforçar caixa

Termo assinado ontem garante a transferência de dinheiro de depósitos judiciais para o Estado.

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O Governo do Estado e o Tribunal de Justiça assinaram ontem um termo de compromisso que autoriza o Judiciário a repassar R\$ 51 milhões para a conta única do Estado. O dinheiro é referente a depósitos judiciais decorrentes de ações em tramitação na Justiça, que ficam sob a responsabilidade do Judiciário enquanto as pendências jurídicas são resolvidas. O dinheiro vai ser destinado para o pagamento de precatórios e para o fundo de previdência do Estado.

O Tribunal de Contas do Estado vai fiscalizar a aplicação do dinheiro, que vai aliviar o caixa do Estado no momento em que o governo sofre o maior risco de desequilíbrio nas finanças. O termo foi assinado pelo governador Wellington Dias (PT), pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, pelo presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes, e pelo secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, na sala da presidência do TJ-PI.

Wellington Dias disse que



GOVERNADOR Wellington Dias e presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Raimundo Eufrásio

está sendo regulamentada a lei que permite que 70 % dos depósitos judiciais, que tiverem CNPJ do Estado, possam ser repassados imediatamente ao poder Executivo. "O TJ nos orientou para que a proposta seja transformada em uma Lei, e não como um decreto, como está ocorrendo nos outros estados. É um recurso que a rigor estava parado, de controle dos bancos, e que passará para o Estado", explicou Wellington.

O governo está recebendo cerca de R\$ 21 milhões de depósitos de R\$ 95 milhões em precatórios, feitos junto à Cai-

xa Econômica. O Banco do Brasil também está fazendo um levantamento dos valores. O governo estima que os depósitos judiciais do Banco do Brasil cheguem a R\$ 156 milhões, o que gera a expectativa do repasse de mais R\$ 30 milhões para as contas do Estado. Os demais valores ainda serão levantados, porque devem ser somente os depósitos que estão no CNPJ do Estado.

Wellington Dias disse que os recursos vão ter utilização como o pagamento de débitos da previdência. A transferência dos depósitos judiciais para

o Estado foi aprovada pela Assembleia Legislativa, que autoriza o uso de até 70% dos valores em depósito. "Ficará ainda 30% no fundo de reserva para não haver nenhum problema de liquidez, quando os litígios relacionados a estes depósitos forem julgados", explicou o secretário da Fazenda, Rafael Fonteles. Segundo ele, os recursos vão aliviar a crise do Estado. "Estamos tendo dificuldades em restabelecer o equilíbrio financeiro. Por isso, estamos com um controle muito rigoroso de gastos, do custeio e das despesas", finalizou.

Foto: Divulgação



LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

R\$ 2,50
NACIONAL R\$ 4,00
Ano 64 // Nº. 18.174

PIRENEIA, TERÇA 15 DE SETEMBRO DE 2011

Litígios

Assembleia convoca novos gestores para assinarem acordo sobre territórios

O presidente da Comissão de Estudos Territoriais da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado estadual Antônio Félix (PSD), convocou novos prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais para reunião dia 16 de setembro para assinatura de acordo com os limites territoriais de municípios em que há conflitos

quanto aos limites.

Neste ano, a Assembleia Legislativa já aprovou os limites territoriais dos municípios de Brejo do Piauí, Juazeiro do Piauí, São Julião, Simões e Castelo do Piauí. Também foi enviado ao governador Wellington Dias para sancionar os limites territoriais de Cocal de Telha e Mas-

sapé do Piauí.

Entre os acordos previstos para serem realizados no dia 16, estão um envolvendo Brasileira, Batalha, Piracuruca, São João da Fronteira, Domingos Mourão e Piri-piri. Outro convocados com as cidades de Domingos Mourão, Brasileira, São João da Fronteira, Pedro II e Piri-piri.

O outro território pertence aos municípios de Lagoa do São Francisco, Piri-piri e Pedro II. Integram a Comissão de Estudos Territoriais (CETE) representantes do Governo do Estado, IBGE, Assembleia Legislativa, TCE, APPM e da Associação Piauiense dos Engenheiros Agrimensores do Piauí.

(João Magalhães)

Recursos



Governador Wellington Dias afirma que recursos darão uma folga ans finanças do Estado

TJ autoriza Estado a usar 70% dos depósitos judiciais

Estima-se que há mais de R\$70 milhões que estavam guardados há mais de 20 anos

Robert Pedrosa
Repórter

O Tribunal de Justiça do Piauí autorizou ontem o Governo do Estado a ter acesso a 70% dos valores dos depósitos judiciais para pagamento de dívidas com a previdência social e com a União. A solenidade aconteceu na manhã de ontem com a presença do presidente do TJ, Raimundo Eufrásio, do governador Wellington Dias (PT) e do presidente do Tri-

bunal de Contas do Estado (TCE), Luciano Nunes.

O recurso é considerado um dinheiro "morto", pois estava depositado na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil oriundo de decisões judiciais para pagar indenizações pelo Estado. Há dinheiro que está guardado há mais de 20 anos.

"Esse repasse posteriormente vai ser restituído pelo Estado, mas o importante é que ele será muito útil neste momento, já que

as finanças públicas estão em dificuldades. Ainda não terminamos o levantamento do valor do total, mas já sabemos que somente na Caixa Econômica Federal existem R\$ 24 milhões", explicou Eufrásio. A outra instituição financeira que guarda os depósitos é o Banco do Brasil, onde estima-se que existe mais de R\$ 50 milhões.

"Com essa medida, teremos ampliado consideravelmente o aporte para pagamento de dívidas his-

tóricas, trazendo dignidade aos titulares dos créditos. Outro ponto positivo é que parte do déficit da previdência deixará de ser paga com orçamento próprio e isso permitirá a destinação de recursos para outras áreas, como educação, saúde e segurança", destacou o governador Wellington Dias. A iniciativa é respaldada pela Lei Complementar nº 151/2015, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no último dia 6 de agosto.

Queda

Orçamento de 2016 no Piauí será menor que o registrado em 2015

A crise financeira já começa a prejudicar também o planejamento do Governo do Estado para o próximo ano. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Raimundo Eufrásio, o orçamento previsto para o Estado em 2016 será de R\$ 6,7 bilhões, uma queda de R\$ 900 milhões em relação ao orçamento deste ano, que foi de R\$ 7,6 bilhões.

O orçamento voltará aos mesmos níveis de 2012, quando o Estado tinha uma previsão de gastos de R\$ 6,3 bilhões. Será a primeira vez que o Estado terá um orçamento menor do que o ano anterior desde 2005.

Ontem, o pleno do TJ fez reunião para decidir qual a parte do judiciário que será incluída no orçamento. Até o final do ano a Assembleia Legislativa deve discutir o montante de recursos que será utilizado pelo Estado, após discussão com todos os poderes que recebem dinheiro arrecadado de impostos: Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público

do Estado do Piauí e Tribunal de Contas do Estado.

Apesar da redução, Eufrásio acredita em superávit no final do ano vindo de uma possível recuperação da economia e melhora na arrecadação e repasses federais. O governador Wellington Dias também tem boas perspectivas. "Vimos que a inflação começou a cair em julho, isso mostra que as medidas de ajuste fiscal da presidente Dilma estão surtindo efeito", concluiu.

(Robert Pedrosa)

Orçamento do Piauí nos últimos dez anos (em bilhões)

2005 - 2,3
2006 - 2,4
2007 - 3,5
2008 - 4
2009 - 5,2
2010 - 5,2
2011 - 5,8
2012 - 6,3
2013 - 7,4
2014 - 7,6

Fonte: Seplan

Auxílio-moradia

TCE vai aguardar decisão do STF para decidir se paga retroativos

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai aguardar julgamento do mérito pelo pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se o órgão pode pagar o auxílio-moradia de forma retroativa aos conselheiros do órgão.

A informação é do presidente do TCE, Luciano Nunes, que garantiu que nenhum auxílio-moradia retroativo foi pago ainda pelos órgãos para os conselheiros. “Só vai ser pago após uma decisão do STF dizendo que é legal [o benefício]”, explicou o conselheiro.

Na semana passada, após a imprensa divulgar que todos os conselheiros do TCE iriam receber R\$ 4,3 mil mensais como retroativo referente ao auxílio-moradia, a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Piauí (OAB) encaminhou uma carta ao TJ solicitando que o auxílio não fosse pago, pois a lei não permitia o pagamento do benefício de maneira retroativa. “Recebemos o ofício da OAB, mas não temos o que analisar. Vamos aguardar a decisão dos tribunais superiores”, disse Nunes.

A previsão do TCE é, caso o pagamento seja feito, gastar R\$ 3,6 milhões com o benefício, considerando o período de setembro de 2009 a agosto de 2014. O valor mensal é de R\$ 2.750 referente ao período de setembro de 2009 a setembro de 2011. A partir

Quantidade

Ao todo, 12 pessoas podem ter direito ao benefício retroativo

de então, o auxílio moradia foi reajustado para R\$ 4.477. Quem já era conselheiro em 2009 vai receber mais de R\$ 220 mil.

Ao todo, 19 pessoas podem ter direito ao benefício. São seis conselheiros titulares, quatro substitutos, cinco procuradores do Ministério Público de Contas e dois conselheiros aposentados e dois já falecidos: Xavier Neto e Jaime Amorim, mortos no acidente aéreo ocorrido em 2012. Os familiares deles poderão requerer as quantias aproximadas de R\$ 65 mil e R\$ 91 mil, respectivamente.

Até agora, como Luciano Nunes informou, nenhum conselheiro ou procurador recebeu o dinheiro. Vale ressaltar que o pagamento do benefício não é ilegal. O direito é garantido a todos que exercem a carreira de magistratura, mesmo que o beneficiário more no local da sede e possua residência própria. De acordo com as informações apuradas pelo PortalODIA, pelo menos dois conselheiros discordaram da decisão e poderão abdicar desse dinheiro.

(Robert Pedrosa)

Francisco Macedo

TCE julga irregular prestação de contas de 2012 de Prefeitura

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí considerou como irregulares a prestação de contas da prefeitura do município de Francisco Macedo, localizada a 396 km ao sul de Teresina. A prestação é referente ao ano de 2012 e foram constatadas várias irregularidades no exercício financeiro da gestão, sob a res-

pensabilidade do prefeito Cristóvão Antão de Alencar. As contas foram julgadas ontem (14).

A decisão em reprovar a prestação de contas seguiu o parecer do Ministério Público de Contas, apresentado pelo procurador Pinheiro Júnior e pelo relator do processo, conselheiro Kleber Eulálio. Após

análise técnica da Diretoria de Fiscalização de Administração Municipal (DFAM) foram encontradas diversas irregularidades dentre elas, ausência e envio intempestivo de peças componentes das prestações de contas mensais, despesas realizadas sem procedimento licitatório e contratação de servidores sem concurso

Irregularidades

Entre as irregularidades, processos sem licitações e contratos sem concurso

público.

Na mesma ocasião, a prefeitura teve suas contas de governo aprovadas com ressalvas, também de acordo com o parecer ministerial, que entendeu que apesar das falhas, não houve motivos para reprovar a prestação de contas. A cidade de Francisco Macedo tem uma

população de 3.097 habitantes e fica localizada na região de Picos.

Na mesma sessão, a prefeitura de Colônia de Gurguéia - PI teve suas contas de governo e gestão aprovadas e aprovadas com ressalva, respectivamente. O relator da decisão foi o Conselheiro Kleber Eulálio.

(João Magalhães)



Governo lança hoje pacote para cortar gastos

15/09/15, 08:20

 Curtir  Compartilhar 0

 G+ 0

 Tweetar 0

A folga e o aperto. Na manhã de hoje (15) o Governo do Estado reúne sua equipe econômica. Os secretários de Fazenda - Rafael Fonteles, Administração - Franzé Silva, de Planejamento - Antonio Neto, anunciam um pacote de medidas para controlar as contas públicas.

Tentando ditar uma medida de austeridade administrativa, uma série de gastos devem ser cortados. Sempre em suas declarações o secretário Rafael Fonteles afirma que a situação não é boa, precisa de equilíbrio nos gastos. Equilíbrio esse que alguns gestores parecem não conhecer. Está na hora do Governo dar uma ordem, arrumar a casa e frear as despesas desnecessárias.

O aperto no cinto apareceu depois da folga. Na segunda-feira (14), o Governo do Estado deu um passo grande para por a mão em torno de R\$ 50 milhões para pagamento de dívidas públicas, como precatórios e pensões e a recomposição do fundo de previdência do estado. Isso foi possível, com a assinatura do Termo de Compromisso Acerca dos Depósitos Judiciais. O ato aconteceu após uma reunião com o governador Wellington Dias, o presidente de Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Luciano Nunes, e o presidente do TJ-PI, desembargador Raimundo Eufrásio, foi assinado o documento, já aprovado em forma de lei na Assembleia Legislativa do Piauí.

14/09/15, 10:35

Piauí vai receber R\$ 50 milhões para pagamentos com a previdência

Imprimir

 Curtir  Compartilhar 1

 G+ 0

 Tweetar 0



O secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, confirmou que o governo vai receber em torno de R\$ 50 milhões com a assinatura do Termo de Compromisso a Cerca dos Depósitos Judiciais

Em uma reunião na presidência do TJ nesta segunda-feira (14) com o governador Wellington Dias, o presidente de TCE-PI, Luciano Nunes e o presidente do TJ-PI, desembargador Raimundo Eufrásio, houve a assinatura do termo em solenidade, que já foi aprovada em Lei na Assembleia. Estavam presentes também o secretário de governo, Merlong Solano e o procurador geral do Estado, Plínio Klerton.

Confira também

Rafael Fonteles: Meta é aumentar a arrecadação do PI em mais de 10%

Secretário: aprovação de créditos judiciais auxiliará na previdência

Rafael Fonteles entrega projeto de lei que altera pagamento de créditos judiciais

Wellington e Rafael Fonteles discutem ajuste fiscal durante reunião no RN

O governador Wellington Dias disse que eles estão regulamentando a Lei no Congresso Nacional e que a proposta é do senador José Serra. Com a Lei, 70 % dos depósitos judiciais, que tiverem CNPJ do Estado, serão repassados imediatamente ao poder executivo. Hoje, um levantamento da Caixa Econômica Federal diz que existe R\$ 95 milhões nessa situação. Desse valor, R\$ 21 milhões vão para o Piauí.

Segundo Wellington Dias, o Banco do Brasil ainda não fez um levantamento em relação aos valores, mas estima-se que R\$ 156 milhões são para depósitos judiciais e que o estado vai ser beneficiado com mais de R\$ 30 milhões. O governo diz que vai ser usado para pagamentos da previdência e o governador Wellington Dias disse que eram recursos que estavam parados e que agora vão ter utilização para o Estado em pagamentos de débitos da previdência.

"O TJ nos orientou para que a proposta seja transformada em uma Lei e não como um decreto, como está ocorrendo nos outros estados. É um recurso que a rigor restava parado, de controle dos bancos, e que passará para o Estado", explicou Wellington.

Flash de Yala Sena
Lyza Freitas, da Redação
redacao@cidadeverde.com